

1. Por determinação de Sua Excelência o Presidente da A.R. *o usar a recepção e agradecer.*
2. *À Senhora Presidente da 12.ª Comissão.*

Exma. Senhora
Maria José Ribeiro
Chefe de Gabinete de Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

[Handwritten signature]
23.03.2019

Lisboa, 20 de dezembro de 2019

C.C.: ENG.ª ANA PAULA VITORINO
PRESIDENTE DA 12.ª COMISSÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
Of.º N.º SAI-ERC/2019/11079
[Protocolo]

V.ª Ref.ª

N.ª Ref.ª

150.40.03/2019/1
EDOC/2019/250

Assunto: Relatório de avaliação da observância do princípio do pluralismo político nos serviços de programas televisivos do serviço público de televisão – *RTP1, RTP2, RTP3, RTPA e RTPM* –, e dos operadores privados – *SIC, TVI e CMTV* –, na programação emitida durante 2018

Exma. Senhora,

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social tem a honra de apresentar a Vossa Excelência o relatório de acompanhamento da observância do princípio do pluralismo político, nos serviços de programas televisivos do serviço público de televisão – *RTP1, RTP2, RTP3, RTPA e RTPM* –, e dos operadores privados – *SIC, TVI e CMTV* –, na programação emitida durante 2018, adotado pelo Conselho Regulador na reunião de 18 de dezembro de 2019.

Apresento-lhe, Senhor Vice-Presidente, os meus melhores cumprimentos,

O CHEFE DE GABINETE DO CONSELHO REGULADOR,

[Handwritten signature]
Telmo Gonçalves

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <i>64995</i>
Classificação <i>09.01.01</i>
Data <i>23.12.2019</i>

Anexo: Deliberação ERC/2019/338 (PLU-TV), Relatório e Sumário Executivo

Deliberação ERC/2019/338 (PLU-TV)

Assunto: Relatório de avaliação da observância do princípio do pluralismo político nos serviços de programas televisivos do serviço público de televisão – *RTP1, RTP2, RTP3, RTPA e RTPM* –, e dos operadores privados – *SIC, TVI e CMTV* –, na programação emitida durante 2018

I. Enquadramento

1. O relatório anexo apresenta os resultados da avaliação da observância do princípio do pluralismo político¹ nos serviços de programas televisivos do serviço público de televisão – *RTP1, RTP2, RTP3, RTPA e RTPM* –, bem como dos operadores privados – *SIC, TVI e CMTV* –, na programação emitida durante 2018.
2. A Constituição da República Portuguesa, na alínea f) do n.º 1 do seu artigo 39.º, confere a uma entidade administrativa independente o poder de assegurar, nos meios de comunicação social, «a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião».
3. Por seu turno, os Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, atribuem ao Conselho Regulador a competência para «[p]romover o pluralismo cultural e a diversidade de expressão das várias correntes de pensamento (...)» e para garantir «a efetiva expressão e o confronto das diversas correntes de opinião, em respeito pelo princípio do pluralismo e pela linha editorial de cada órgão de comunicação social» (artigos 7.º, alínea a) e 8.º, alínea e) dos Estatutos da ERC).
4. O princípio do pluralismo encontra-se expresso na Lei da Televisão, que estabelece, no artigo 9.º, n.º 1, alínea c), que «[c]onstituem fins da atividade de televisão, consoante a natureza, a temática e área de cobertura dos serviços televisivos disponibilizados, [p]romover a cidadania e a participação democrática e respeitar o pluralismo político, social e cultural». No mesmo sentido, o artigo 34.º, n.º 2, alínea b) daquele diploma

¹ Vide Deliberação 2/PLU-TV/2012, «Acompanhamento da observância do princípio do pluralismo político nos serviços de programas televisivos de acesso não condicionado livre.», na qual se desenvolvem as principais linhas de observação do acompanhamento do pluralismo político, aqui sumarizadas.

estabelece, como uma das obrigações gerais dos operadores de televisão que explorem serviços de programas televisivos generalistas, o dever de «[a]ssegurar a difusão de uma informação que respeite o pluralismo, o rigor e a isenção.»

5. Especificamente sobre os meios de comunicação social do setor público, o n.º 6 do artigo 38.º da Constituição da República Portuguesa impõe que seja assegurada a **«possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião»**.
6. Este dever qualificado de respeito do pluralismo por parte do Serviço Público de Televisão é ainda concretizado no artigo 51.º, n.º 2, alínea c) da Lei da Televisão, que determina que «[à] concessionária incumbe, designadamente, [p]roporcionar uma informação isenta, rigorosa, plural [...]», e no Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão, celebrado no dia 6 de março de 2015 (cláusula 5.ª, alíneas a) e e)).
7. Recorda-se que o plano de avaliação do pluralismo político foi apresentado aos partidos políticos em maio de 2007, e novamente discutido em março de 2013 com os partidos e os operadores de televisão envolvidos, após reflexão e estudo aprofundado de soluções praticadas por outros reguladores europeus.
8. A criação do plano de avaliação do pluralismo político nasceu da necessidade de dar resposta consistente e fundamentada a queixas oriundas de partidos políticos e de cidadãos sobre alegadas quebras do dever de pluralismo político no tratamento informativo conferido às atividades partidárias e governamentais e de encontrar uma solução que fosse além da apreciação casuística. De facto, com a aplicação do plano de avaliação, o número de queixas diminuiu em 2008 e a ERC assumiu o compromisso de apresentar o referido relatório anualmente à Assembleia da República Portuguesa, sendo o mesmo apreciado pela atual Comissão de Cultura e Comunicação.
9. O Conselho Regulador entende prosseguir com a **avaliação da observância do princípio do pluralismo político** de forma sistemática, honrando o compromisso assumido com a Assembleia da República Portuguesa, os operadores e os cidadãos, indo ao encontro das preocupações expressas não só pela legislação portuguesa, mas também pelo trabalho desenvolvido a nível europeu e pelos reguladores congéneres, relativas à garantia do pluralismo político, de modo a assegurar o cumprimento de valores constitucionalmente consagrados e que constituem pilares fundamentais da democracia portuguesa.

II. **Deliberação**

Considerando as tendências e resultados apurados na avaliação referente ao ano de 2018, o Conselho Regulador delibera adotar o **Relatório de avaliação da observância do princípio do pluralismo político referente a 2018 (anexo à presente deliberação)** determinando o seu envio ao cuidado da Assembleia da República e dos serviços de programas analisados no sentido de os sensibilizar para os seguintes considerandos:

QUANTO AO PLURALISMO NA INFORMAÇÃO NÃO DIÁRIA² – PROGRAMAS AUTÓNOMOS DE DEBATE, ENTREVISTA E COMENTÁRIO - 2018

RTP1, RTP2, RTP3

- a) Assinalar o esforço do operador público em manter uma presença consistente, nas suas grelhas de programas, de espaços autónomos de entrevista, debate e opinião política;
- b) Relevar que a programação de âmbito político foi sobretudo emitida no canal temático (RTP3);
- c) Ressalvar que o único espaço autónomo regular exclusivo da RTP1 é o programa «Prós e Contras», sendo os restantes quatro programas regulares emitidos de madrugada («Grande Entrevista», «Decisão Nacional», «Parlamento» e «A Entrevista»), depois de uma primeira emissão, em horários de maior exposição, em serviços de programas temáticos deste operador;
- d) Salientar a ausência de espaços autónomos regulares de entrevista, debate e opinião política das grelhas da RTP2;
- e) Destacar a escassa diversidade de visões políticas minoritárias no debate político, pelo que seria importante reforçar a presença de representantes de partidos extraparlamentares, mesmo fora dos períodos de campanha eleitoral;
- f) Na RTP3 assinala-se a presença regular de um dirigente do partido Livre no programa «O Outro Lado», configurando uma exceção no que a partidos extraparlamentares diz respeito.

SIC, TVI

² **Universo dos programas autónomos de informação não diária – debate, entrevista e comentário** – exibidos em 2018, que tiveram como convidados, regular ou pontualmente, atores políticos regionais e nacionais, tais como representantes dos Governos e Parlamentos nacional e regionais e dos partidos políticos com e sem assento parlamentar.

- g) Destacar o facto de os operadores generalistas privados SIC e a TVI, não apresentarem, nos seus canais de sinal aberto, quaisquer espaços autónomos regulares de entrevista, debate e opinião política.

CMTV

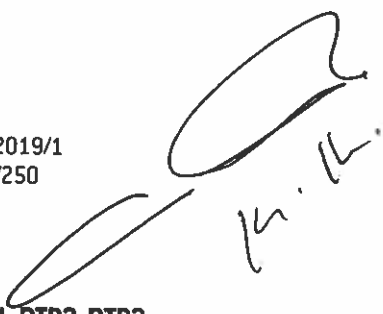
- h) Assinalar o facto de a CMTV não apresentar espaços autónomos regulares de entrevista e opinião política.
- i) Destacar que as presenças político-partidárias identificadas se limitam ao espaço de debate «Especial CM», orientado para a discussão de casos de justiça e assuntos controversos da agenda mediática.
- j) Alertar que nas edições do «Especial CM» se verifica uma elevada concentração de presenças em dois partidos (PS e PSD), com prejuízo da observância do princípio do pluralismo, por não se encontrarem representadas outras forças político-partidárias, em particular aquelas que têm assento parlamentar.

RTP AÇORES, RTP MADEIRA

- k) Assinalar o esforço dos serviços de programas regionais em manter, de forma consistente nas suas grelhas de programas, espaços autónomos de entrevista, debate e opinião política com atores políticos regionais e nacionais;
- l) Assinalar a presença do programa «Ordem do Dia» na grelha da RTP Madeira que corporaliza a opção do operador de manter um espaço de antena dedicado ao debate com deputados eleitos pelo círculo da Madeira na Assembleia da República;
- m) Sensibilizar para a observância do princípio do pluralismo político no acompanhamento da atividade dos partidos com relevância na vida política regional, em particular os Congressos partidários, uma vez que somente PS/M, CDS-PP/M, PS/A e PSD/A tiveram mobilização de meios para a cobertura em direto dos trabalhos, ainda que outras formações políticas tenham realizado eventos deste tipo em 2018.

QUANTO AO PLURALISMO NA INFORMAÇÃO DIÁRIA – BLOCOS INFORMATIVOS DIÁRIOS³ – 2018

³ Análise de 30 edições dos alinhamentos dos seguintes blocos informativos: - "Telejornal", RTP1; "Jornal 2", RTP2; "Jornal da Noite", SIC; "Jornal das 8", TVI; "CM Jornal 20H", CMTV; "Telejornal dos Açores", RTP Açores; "Telejornal da Madeira", RTP Madeira; "24 horas", RTP3. A margem de erro máximo da amostra de janeiro a



RTP1, RTP2, RTP3

- a) Sensibilizar para que seja dada maior visibilidade às visões políticas dos partidos cuja representação parlamentar é reduzida (PAN e PEV). Pese embora se verifique a presença destes partidos nos alinhamentos dos serviços noticiosos do operador público, esta é diminuta face aos restantes.
- b) Recomendar maior visibilidade dos órgãos das representações regionais dos partidos nos alinhamentos, uma vez que se observa uma presença residual dos órgãos de poder político dos Açores e da Madeira (representantes da República, assembleias legislativas e partidos políticos).
- c) Assinalar o esforço do operador na diversificação das fontes no sentido da promoção de uma informação plural. Observa-se que, em mais de metade as peças analisadas, os operadores do serviço público consultam múltiplas áreas de fonte sobre o tema da peça.
- d) Verifica-se que a presença dos partidos extraparlamentares é residual nas peças analisadas. No sentido de diversificar as presenças políticas, é importante assegurar a cobertura das atividades e propostas dos partidos extraparlamentares, quando existam, dando-lhes voz, também fora dos períodos de campanha eleitoral.

SIC, TVI

- e) Sensibilizar para que seja dada maior visibilidade às visões políticas dos partidos cuja representação parlamentar é reduzida (PAN e PEV). Pese embora se verifique a presença destes partidos nos alinhamentos dos serviços noticiosos destes operadores, esta é diminuta face aos restantes.
- f) Recomendar maior visibilidade dos órgãos das representações regionais dos partidos nos alinhamentos, uma vez que se observa uma presença residual dos órgãos de poder político dos Açores e da Madeira (representantes da República, assembleias legislativas, partidos políticos).

dezembro de 2018 varia segundo o serviço de programas, mas o grau de confiança é de 95 % para todos eles. Para o "Telejornal", a margem de erro máximo da amostra utilizada é de 6,3 %; no "Jornal 2", a margem de erro máximo da amostra é de 7,4 %; no "Jornal da Noite", a margem de erro máximo da amostra é de 5,9 % e no "Jornal das 8", a margem de erro é de 6,0 % e no "CM Jornal 20H", a margem é de 7,4%; no "Telejornal dos Açores", a margem de erro máximo da amostra utilizada é de 7,0 %; no "Telejornal da Madeira", a margem de erro máximo da amostra é de 6,1 %; no "24 Horas", a margem de erro máximo da amostra é de 6,2 %. Os dados devem ser lidos como representando tendências apuradas para os dias selecionados na amostra.

- g) Assinalar o esforço do operador na diversificação das fontes no sentido da promoção de uma informação plural. Na SIC e TVI, observa-se que em mais de metade das peças analisadas são consultadas múltiplas áreas de fonte sobre o tema analisado.
- h) Verifica-se que a presença dos partidos extraparlamentares é residual nas peças analisadas. No sentido de diversificar as presenças políticas, é importante assegurar a cobertura das atividades e propostas dos partidos extraparlamentares, quando existam, dando-lhes voz, também fora dos períodos de campanha eleitoral.

CMTV

- a) Sensibilizar para que seja dada maior visibilidade às visões políticas dos partidos cuja representação parlamentar é reduzida (PAN e PEV).
- b) Recomendar maior visibilidade dos órgãos das representações regionais dos partidos nos alinhamentos, uma vez que se observa uma presença residual dos órgãos de poder político dos Açores e da Madeira (representantes da República, assembleias legislativas, partidos políticos).
- c) Alertar para o facto de, em mais de metade das peças analisadas, a CMTV consultar apenas fontes de uma determinada área sobre o tema da peça. Sensibilizar para a relevância da diversificação das fontes no sentido da promoção de uma informação plural.
- d) Verifica-se que a presença dos partidos extraparlamentares é residual nas peças analisadas. No sentido de diversificar as presenças políticas, é importante assegurar a cobertura das atividades e propostas dos partidos extraparlamentares, quando existam, dando-lhes voz, também fora dos períodos de campanha eleitoral.

RTP AÇORES E RTP MADEIRA

- e) Verifica-se que a presença das representações regionais dos partidos extraparlamentares é residual nas peças analisadas. No sentido de diversificar as presenças políticas, é importante assegurar a cobertura das atividades e propostas dos partidos extraparlamentares, quando existam, dando-lhes voz, também fora dos períodos de campanha eleitoral.

- f) Sensibilizar para a relevância da diversificação das fontes no sentido da promoção de uma informação plural. A RTP Açores e a RTP Madeira assentam o acompanhamento da vida política regional sobretudo em fontes representantes de uma única área, em particular fontes político partidárias.

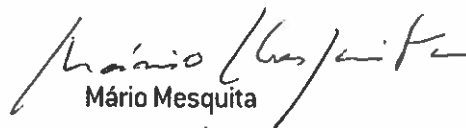
Tudo visto, o Conselho Regulador adota o Relatório anexo, referente à avaliação do cumprimento das citadas obrigações, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, inclusive, referente à **observância do princípio do pluralismo político** nos serviços de programas televisivos do serviço público de televisão – **RTP1, RTP2, RTP3, RTPA e RTPM** –, e dos operadores privados – **SIC, TVI e CMTV**.

Lisboa, 18 de dezembro de 2019

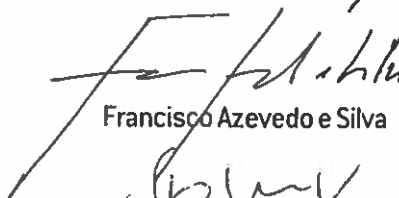
O Conselho Regulador,



Sebastião Póvoas



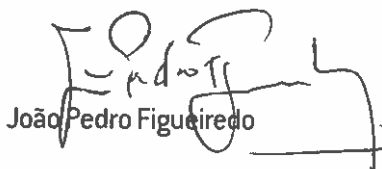
Mário Mesquita



Francisco Azevedo e Silva



Fátima Resende



João Pedro Figueiredo



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

Lisboa, 20 de dezembro de 2019

Excelência,

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social tem a honra de apresentar a Vossa Excelência o relatório de acompanhamento da observância do princípio do pluralismo político, nos serviços de programas televisivos do serviço público de televisão – **RTP1, RTP2, RTP3, RTPA e RTPM** –, e dos operadores privados – **SIC, TVI e CMTV** –, na programação emitida durante 2018, adotado pelo Conselho Regulador na reunião de 18 de dezembro de 2019.

Apresento a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia da República, a expressão da minha mais alta consideração,

O CHEFE DE GABINETE DO CONSELHO REGULADOR,



Telmo Gonçalves

Relatório de avaliação da observância do princípio do pluralismo político nos serviços de programas televisivos do serviço público de televisão – RTP1, RTP2, RTP3, RTPA e RTPM –, e dos operadores privados – SIC, TVI e CMTV-, na programação emitida durante 2018.

SUMÁRIO EXECUTIVO

INFORMAÇÃO DIÁRIA

INTRODUÇÃO

1. O pluralismo político é uma obrigação legal à qual os meios de comunicação social estão sujeitos e para a qual não existe uma medida universal.
2. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), inspirada na sua prática, bem como em trabalhos sobre o mesmo objeto de estudo (nomeadamente os desenvolvidos por outros reguladores de media), tem vindo a aperfeiçoar os instrumentos que utiliza na observação do pluralismo político. Acredita-se que só assim será possível fornecer informação rigorosa sobre a forma como os *media* em Portugal retratam a diversidade da realidade política existente.
3. Recorde-se que esta análise é desenvolvida desde 2007 e que em 2012 o Conselho Regulador da ERC definiu as atuais linhas orientadoras do acompanhamento anual do pluralismo político. A Deliberação 2/PLU-TV/2012, de 18 de abril, veio acrescentar os dois operadores licenciados para o exercício de atividade televisiva ao perfil dos relatórios, que até então se circunscreviam ao operador público de televisão, ao mesmo tempo que alargou o âmbito da análise a todos os intervenientes nos programas informativos considerados. Em 2018, o Conselho Regulador da ERC considerou pertinente estender a análise ao serviço de programas CMTV, uma vez que este se encontra registado nesta entidade como canal generalista, ficando desta forma a par com os dois operadores licenciados já analisados.
4. Sustenta-se que a verificação dessa obrigação legal requer mais do que a simples contagem do número de peças em que um determinado conjunto de organismos, instituições ou pessoas, independentemente da sua natureza política ou social, está presente enquanto representantes das diferentes correntes de expressão e de opinião.
5. Assim, além de fazer a contagem do número de peças em que são referidas as formações e atores políticos e os diferentes atores e forças sociais que com eles

interagem, considera-se essencial verificar a forma como são mediatizadas. É essa diferença, entre contagem e forma de mediatização, que está refletida na distinção entre os modelos matemáticos adotados – simples e ponderado - cujos resultados são disponibilizados neste relatório. Como mais-valia em relação ao modelo simples, considera-se que o modelo ponderado tem a capacidade de traduzir quantitativamente uma análise que, na sua base, é essencialmente qualitativa e, nesse sentido, significa um incremento substancial na forma como é apreciada a mediatização do pluralismo político.

6. Um exemplo prático pode ajudar a explicar de forma mais clara a importância da análise qualitativa subjacente ao modelo adotado pela ERC:
 - a. Imaginemos que uma formação é referida em 20 peças dos noticiários analisados, enquanto outra é mencionada em dez. Se a análise do pluralismo político se limitar à comparação desses dois números conclui-se que a formação que foi referida em 20 peças teve maior visibilidade;
 - b. Contudo, se além do número de referências, soubermos ainda que a formação referida em 20 peças, em 18 foi mencionada como mero elemento de contextualização e que a que foi referida em 10 peças surgiu sempre representada por alguém cujas declarações foram exibidas, não fica claro que a primeira seja aquela que teve uma mediatização que lhe atribui maior visibilidade.
7. Os resultados apresentados neste Relatório sintetizam a observação dos dados analisados com recurso à aplicação dos dois modelos conceituais:
 - a. O modelo simples contabiliza a presença ou referência das formações políticas nas peças emitidas, sendo consideradas quanto surgem representadas em discurso direto ou indireto ou, sendo alvo de críticas, em que exercem o contraditório. Assim, não são consideradas as presenças em que as formações são apenas alvo de crítica;
 - b. O modelo ponderado considera, para além das presenças, duas variáveis adicionais: valência/tom com que as formações são representadas e audiência média da respetiva peça. A inclusão destas duas variáveis introduz elementos de ponderação que contribuem para aferir a forma de mediatização das formações.
8. Para além da leitura associada aos modelos são explorados indicadores complementares, como os temas, as fontes, os protagonistas, entre outros.

SÍNTESE CONCLUSIVA – RTP1, RTP2, SIC, TVI E CMTV

9. A análise da informação diária de 2018 tem uma amostra de 1105 peças jornalísticas. Destas, 238 foram emitidas no “Telejornal” da RTP1, 170 no “Jornal 2” da RTP2, 265 no “Jornal da Noite” da SIC, 257 no “Jornal das 8” da TVI e 175 no “CM Jornal 20h” da CMTV. As peças são selecionadas ao referir pelo menos uma das seguintes formações políticas ou seus representantes: Governo, Governos regionais, partidos nacionais e representações regionais dos partidos parlamentares, restantes partidos políticos inscritos na Comissão Nacional de Eleições (CNE), autarquias e Presidência da República.
10. O registo de presenças no modelo simples, permite concluir que a cobertura informativa dos canais generalistas RTP1, SIC, TVI e CMTV destaca o conjunto do Governo e PS, seguido dos partidos com representação parlamentar. Já para a RTP2 os partidos parlamentares têm maior destaque, seguindo-se o Governo e o PS. Porém, em termos globais, têm maior peso, em todos os serviços de programas, as restantes formações políticas e sociais consideradas, fora do âmbito estritamente partidário ou governativo.
11. A formação Governo e PS (em conjunto), em ambas as qualidades: de governantes ou de partido do Governo, variam nos cinco serviços de programas entre os 17,0 % e os 23,5 %. O “Jornal 2” destaca-se com a maior percentagem desta presença conjunta.
12. No caso do conjunto dos restantes partidos com representação parlamentar, os valores entre os diversos serviços de programas variam entre os 10,0 % e os 24,1 %, cabendo o valor mais elevado ao “Jornal 2” (RTP2).
13. No que respeita aos partidos sem representação parlamentar, a sua presença é residual, variando entre 0,1% (RTP1) e 0,3% (SIC e TVI). Estes partidos estão ausentes na amostra analisada nos serviços noticiosos da RTP2 e da CMTV.
14. Em termos globais, têm maior peso as restantes formações políticas e sociais consideradas, fora do âmbito estritamente partidário ou governativo, em todos os serviços de programas. O “CM Jornal 20h” regista o nível de presenças de outras formações mais elevado (73,0 %) e o “Jornal 2” o mais baixo (52,4 %).
15. Quando ponderado o modo como a presença de uma determinada formação política surge contextualizada na peça, as presenças do *Governo* e do *PS*, em conjunto,

- apresentam uma diminuição face ao modelo simples nos cinco serviços de programas. Quer isto dizer que existem peças em que a mediatização do *Governo* e do partido político do executivo reflete um contexto pouco favorável aos mesmos.
16. Considerando de forma isolada o *Governo*, a representação resultante do modelo ponderado é tendencialmente negativa nos cinco serviços de programas e é a formação com uma representação mais desfavorável nos noticiários, com a exceção do “CM Jornal 20h”, onde a formação *ex-presidentes e ex-governantes*, especificamente influenciada pelo ex-primeiro ministro José Sócrates, mostra o tratamento mais negativo.
 17. No caso da mediatização dos *partidos com representação parlamentar* os serviços noticiosos mostram, de um modo geral, uma representação positiva.
 18. Analisando isoladamente os *partidos parlamentares*, apenas o *BE* e o *PCP* têm uma representação tendencialmente positiva nos noticiários. Já os outros partidos variam entre uma mediatização neutra e positiva, menos o *PSD* para o qual, nos noticiários da RTP1, RTP2, SIC e TVI, a ponderação das variáveis do modelo o afeta negativamente.
 19. Os *partidos sem representação parlamentar* têm uma representação neutra nos noticiários onde se identificaram presenças.
 20. No que respeita às *outras formações* verifica-se um tratamento tendencialmente positivo. Quando ponderada a presença dos *organismos públicos/do Estado* nos noticiários do operador de serviço público e no “Jornal das 8” da TVI a influência é negativa, pelo contrário no “CM Jornal 20h” e no “Jornal da Noite” a tendência é positiva. Já na formação *cidadãos* verifica-se que a influência do modelo sobre a sua presença é positiva nos cinco noticiários, o mesmo acontece com a *Presidência da República*, que reflete as atividades do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa. Quanto às variáveis de contextualização:
 21. Na maioria dos casos (88,0 %) as formações partidárias e extrapartidárias são mediatizadas na qualidade de protagonistas, isto é, na qualidade de «quem se fala» e «quem fala». Esta tendência é transversal nas edições destes serviços de programas consideradas na avaliação do pluralismo político.
 22. Mais de metade das formações identificadas tem voz na notícia (54 %). Quando tal acontece a maioria é representada por uma voz, sendo residuais os casos em que se recorrem a duas, três ou mais vozes. O maior número de vozes está sobretudo associado a fontes de formações extra partidárias, como as representações de sindicatos e trabalhadores e membros da sociedade civil.

23. Nos blocos de horário nobre dos operadores generalistas, pouco menos de dois terços das peças do pluralismo político destacam como tema dominante o macrotema *política nacional*, sobretudo na cobertura de atividades do Governo e dos partidos políticos e, em menor proporção, da Presidência da República e do Parlamento. Em 2018, o tema *ordem interna* é o segundo mais frequente, ainda que com cerca de um quinto do número de peças face ao primeiro, e resultante do envolvimento do Governo e Presidência da República em temas relacionados com *acidentes, catástrofes naturais e incêndios*.
24. Os subtemas *atividades/propostas da Presidência da República e dos partidos políticos*, são os dois mais frequentes da política nacional, seguidos pelo tema *políticas laborais*.
25. Manteve-se a menor visibilidade conferida aos temas dominantes que envolvam acontecimentos sobre os partidos não representados na Assembleia da República e os Governos e partidos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
26. Na quase totalidade das peças são identificadas fontes de informação. No cômputo geral, em mais de metade dessas peças são consultadas várias fontes, em particular no “Telejornal”, no “Jornal da Noite” e no “Jornal das 8”. Já no “CM Jornal 20h” prevalece a fonte única.
27. Nas peças com a presença de fontes de informação prevalece o recurso a fontes de múltiplas áreas.
28. Mais de metade fontes de informação consultadas pertence, nos cinco canais, à *política nacional*, as restantes distribuem-se por outras áreas. De entre estas, sobressaem as da área da *sociedade, economia, finanças e negócios e relações laborais*.
29. As fontes de informação da área da *política nacional* mais consultadas são, em termos globais, os partidos políticos parlamentares, o Governo, a Presidência da República e as autarquias.
30. Não se encontraram peças nesta amostra nas quais a fonte de informação represente partidos sem assento na Assembleia da República ou deputados eleitos para as Assembleias Legislativas da Região Autónoma dos Açores; a presença residual de fontes provenientes de *representações regionais dos partidos da oposição* decorre da condenação por difamação do deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira eleito em representação do PTP Madeira, José Manuel Coelho, presente na RTP1, SIC e TVI.

31. Na quase totalidade das peças dos cinco noticiários é identificado um ator principal, sobretudo da política nacional (68 % das peças), de entre as quais se destacam os *ministros*, o *Presidente da República*, *Primeiro-ministro* e *secretários-gerais e presidentes dos partidos*. Na CMTV destaca-se a presença da categoria *ex-primeiro ministros*, a propósito da cobertura do Caso Marquês protagonizado por José Sócrates. O Governo, considerados todos os seus membros, protagoniza 28 % das peças, e o Presidente da República sozinho, quase 12 %.
32. Os tipos de representante das formações políticas mais frequentes nas peças são os ministros enquanto representantes do Governo. Por ordem decrescente em número de peças: o Governo, o PS, o PSD, o PCP, o BE, o CDS-PP, o PEV e o PAN são os partidos sobre os quais se centram as peças sem referência a quaisquer representantes.
33. Nas peças seleccionadas para o acompanhamento da observância do pluralismo político o serviço de programas onde se identifica o maior número de presenças de comentadores/analistas é o “Jornal 2” da RTP2. Segue-se o “CM Jornal 20H”, com oito comentadores, o “Jornal da Noite” e o “Jornal das 8” com seis cada; o “Telejornal” teve presentes dois analistas.

SÍNTESE CONCLUSIVA – RTP3

34. Em 2018, foi analisada uma amostra de 30 edições do “24 Horas”, bloco informativo transmitido diariamente a partir das 24 horas na RTP3, tendo sido identificadas 241 peças jornalísticas que referem pelo menos uma das seguintes formações políticas ou seus representantes: Governo, Governos Regionais, partidos nacionais, representações regionais dos partidos, autarquias e Presidência da República.
35. Em 2018, o modelo simples de identificação de presenças destaca o Governo e o PS como a formação política, em conjunto, com mais presenças, seguindo-se os partidos parlamentares. Em termos globais, as restantes formações extrapartidárias que interagem com o Governo e os partidos políticos, representam cerca de metade das presenças simples. Os partidos extraparlamentares estão ausentes na amostra da RTP3 tendência verificada em anos anteriores.
36. A ponderação das presenças das formações político-partidárias, sob a influência das variáveis que integram o modelo ponderado, repercute-se de forma negativa sobre o conjunto *Governo* e *PS*. Pelo contrário, os valores obtidos pelos *partidos parlamentares* e pelas *restantes formações* apresentam uma variação positiva no modelo ponderado

- e, portanto, um tratamento informativo que favorece ambos os conjuntos de formações.
37. O *Governo*, isoladamente, é a formação mais presente na RTP3, e o *PSD* é o partido político com maior número de presenças. Os partidos *BE*, *CDS-PP*, *PS* e *PCP* concentram quase a totalidade das presenças das formações político-partidárias com assento parlamentar. As presenças do *PEV* e do *PAN* são reduzidas.
 38. Tendo em conta o modelo ponderado, o *Governo*, o *PS* e o *PSD* apresentam uma influência negativa. Já o *PEV* não apresenta diferenças entre os modelos e as outras formações político-partidárias mostram uma representação positiva.
 39. As restantes formações extrapartidárias são representadas, maioritariamente, pelos *organismos públicos/do Estado*, a *Presidência da República* e os *cidadãos*. Relativamente à representação mediática, considerando as variáveis do modelo ponderado, os *organismos públicos/de Estado* apresentam uma tendência negativa, já no caso da *Presidência da República* e dos *cidadãos* a representação é positiva. Quanto às variáveis de contextualização:
 40. Na maioria dos casos (84,5%) as formações partidárias e extrapartidárias são mediatizadas na qualidade de *protagonistas*, isto é, na qualidade de «quem se fala» e «quem fala».
 41. Mais de metade das formações identificadas tem voz na notícia (65,7 %). A maioria é representada por uma única voz, sendo residuais os casos em que se recorrem a duas, três ou mais vozes da mesma formação.
 42. O tema *política nacional*, no seu conjunto, manteve-se como predominante na amostra do noticiário da meia-noite da RTP3 de 2018, tal como em anos anteriores, sobretudo através da cobertura das *atividades/propostas de partidos políticos*, seguindo-se as *atividades da Presidência da República* e a discussão do *orçamento de estado*. O acompanhamento do «Caso de Tancos» e a suspeita da acumulação de cargos do ministro adjunto Pedro Siza Vieira integram o subtema *suspeita / envolvimento de políticos em escândalos e irregularidades*; assim como a discussão de várias áreas políticas destacando-se as *políticas económicas e fiscais*.
 43. A quase totalidade desta amostra do pluralismo político no bloco informativo da meia-noite da RTP3 identifica pelo menos uma *fonte de informação*. De entre estas, predominam as da *política nacional* (partidos políticos da oposição parlamentar, membros do Governo, o Presidente da República e o partido do Governo).

44. Nas peças com a presença de fontes de informação prevalece o recurso a fontes de *múltiplas áreas*.
45. Entre as fontes principais de outras áreas sobressaem, em 2018, as da *sociedade* e das *relações laborais*, em particular *representantes sindicais* e *trabalhadores/desempregados*.
46. Na construção da quase totalidade das peças identifica-se um protagonista, em continuidade com o tratamento personificado dos blocos informativos. Na maioria são líderes políticos, como nos anos anteriores. As peças cujo protagonista é da *política nacional* representam mais de dois terços da amostra, sobretudo centradas nos ministros, seguindo-se os secretários-gerais e presidentes dos partidos, o Primeiro-ministro e o Presidente da República.
47. As formações políticas são maioritariamente representadas por *secretários-gerais* e *presidentes dos partidos* e *deputados* e *líderes parlamentares*. Os tipos de *representantes do Governo* mais frequentes são os ministros e o Primeiro-ministro.
48. As formações político-partidárias identificadas na análise sem que seja mencionado o tipo de representante são, por ordem decrescente: o PAN, o PS, o Governo, o BE, o PSD, o PCP, o PEV e o CDS-PP.
49. Considerando a presença de comentadores no noticiário em peças selecionadas para a análise do pluralismo político identifica-se a presença de quatro comentadores em três edições em 2018.

SÍNTESE CONCLUSIVA – RTP AÇORES

50. Em 2018, foi analisada uma amostra de 30 edições do “Telejornal Açores”, bloco informativo transmitido diariamente a partir das 20 horas na RTP Açores, tendo sido identificadas 191 peças jornalísticas que referiram pelo menos uma das seguintes formações políticas ou seus representantes: Governo nacional, Governos regionais, partidos nacionais, representações regionais dos partidos, autarquias e Presidência da República.
51. Em 2018, o modelo simples de identificação de presenças destaca o Governo da Região Autónoma dos Açores e o PS Açores como a formação política, em conjunto, mais representada; seguem-se os partidos parlamentares. As formações extrapartidárias que interagem com o Governo e os partidos políticos representam mais da metade das presenças simples. A presença dos partidos extraparlamentares

- na amostra de 2018 decorre da cobertura da vida política regional do PAN com a eleição da nova direção regional.
52. A ponderação das presenças das formações político-partidárias sob a influência das variáveis que integram o modelo ponderado mostra que o *Governo da Região Autónoma dos Açores* e *PS Açores* teve uma representação tendencialmente desfavorável. Por seu lado, o conjunto dos *partidos com representação parlamentar*, *os partidos extraparlamentares* e as *outras formações* são representados tendencialmente de forma positiva.
53. O *Governo Regional dos Açores*, isoladamente, é a formação mais presente na RTP Açores e a sua representação é negativa, e a nível político-partidário o partido da oposição, *PSD Açores*, regista o maior número de presenças e mostra uma representação positiva. Os restantes partidos com assento parlamentar variam relativamente à representação mediática. O *PAN Açores* é a única formação política partidária extraparlamentar cuja presença é reduzida e tendencialmente positiva.
54. O conjunto de *outras formações* regista uma sensibilidade variável ao modelo ponderado, embora tendencialmente positiva. Deste conjunto, as formações mais presentes são os *organismos empresariais/económicos nacionais*, os *organismos públicos/do Estado* e as *autarquias regionais*. Quanto às variáveis de contextualização:
55. Em 2018, mais de metade das formações presentes na amostra (56,5 %) são representadas com voz, isto é, são mencionadas e constituem fonte de informação da notícia, ao contrário do ano anterior. A maioria é representada por uma única voz, sendo residuais os casos em que se recorrem a duas, três ou mais vozes da mesma formação.
56. Em 2018, à semelhança de anos anteriores, os temas dominantes da política nacional mantêm-se coerentes com o perfil editorial do serviço de programas RTP Açores. Assim, mais de metade das peças deste tema dominante tem enfoque geográfico regional o que se eleva à quase totalidade, no caso das peças extra política nacional. Tal justifica a cobertura concentrada nas atividades das autarquias regionais, nas políticas de ordenamento do território, na discussão do Orçamento de Estado, em particular nas verbas atribuídas às regiões autónomas, nas atividades/propostas das representações regionais dos partidos políticos, e nas do Governo e órgãos regionais da Região Autónoma dos Açores (RAA) (cobertura da agenda sobretudo do Governo Regional). As restantes peças estão dispersas por outros subtemas.

57. No “Telejornal Açores”, a quase totalidade das peças identifica pelo menos uma *fonte de informação*. Em mais de metade das peças com fontes de informação prevalece o recurso a fontes de uma *única área* (58,2%).
58. As fontes consultadas são, na sua maioria, da área da *política nacional*, em particular através da voz Governo Regional dos Açores e das representações regionais dos partidos políticos da oposição parlamentar.
59. As fontes extra política nacional são sobretudo das macro áreas da *economia, finanças e negócios, da sociedade e das relações laborais*.
60. Identifica-se a presença de um *protagonista* na quase totalidade das peças. Na generalidade destas o destaque é dado a personalidades da política da região, em particular membros do Governo da Região Autónoma dos Açores (25,7 %), autarquias (12,3%), deputados e líderes parlamentares regionais (8,8%) e ao presidente do Governo da RAA (6,4%).
61. As restantes categorias de atores; políticos nacionais ou de outras áreas distribuem-se de forma muito dispersa.
62. Os protagonistas extra política nacional são, com relativo predomínio, das áreas da *economia, finanças e negócios e das relações laborais*.
63. O Governo Regional dos Açores é sobretudo representado através de secretários regionais e, em segundo lugar, pelo seu Presidente e por outros representantes de órgãos regionais da RAA.
64. As representações regionais dos partidos são sobretudo asseguradas pelos seus deputados e líderes parlamentares, por ordem decrescente do número de peças, o PSD Açores, o PPM Açores e o PS Açores. O CDS-PP Açores e o PCP Açores, por um lado, e o BE Açores, por outro, têm um número residual de peças com aquele tipo de representantes.
65. O Governo da República é apresentado de forma abstrata na maioria das peças; apenas em sete peças teve a presença do representante do governo, em particular de ministros de vários pelouros políticos.
66. Seguem-se os partidos nacionais, com presenças residuais: PS, BE e CDS-PP, maioritariamente representados pelos seus secretários gerais ou presidentes; o PSD está representado numa peça por um dos seus deputados.
67. À semelhança de anos anteriores os órgãos e as representações regionais dos partidos da Madeira estão ausentes, com exceção do Governo da RAM presente numa peça representado pelo seu porta-voz.

68. Nas edições monitorizadas em 2018 do “Telejornal Açores” não se regista a presença de qualquer comentador nas peças selecionadas para a análise do pluralismo político.

SÍNTESE CONCLUSIVA – RTPMADEIRA

69. Em 2018, foi analisada uma amostra de 30 edições do “Telejornal Madeira”, bloco informativo transmitido diariamente a partir das 21 horas na RTP Madeira, tendo sido identificadas 244 peças jornalísticas que referem pelo menos uma das seguintes formações políticas ou seus representantes: Governo nacional, Governos regionais, partidos nacionais, representações regionais dos partidos, as autarquias e Presidência da República.
70. Em 2018, o *modelo simples* de identificação de presenças destaca o Governo da Região Autónoma da Madeira e o PSD Madeira como a formação política, em conjunto, mais representada, seguida pelos partidos parlamentares e por uma peça com um partido extraparlamentar da região. As formações extrapartidárias que interagem com o Governo e os partidos políticos representam cerca de 50 % das presenças simples.
71. Considerando o *modelo ponderado*, o conjunto *Governo Regional da Madeira* e *PSD Madeira* é afetado de forma negativa. Pelo contrário, os *partidos parlamentares*, no global, mostram uma tendência positiva, assim como as outras formações em interação com o *Governo* e os partidos. Já a formação *partidos extraparlamentares*, configurada pelo *NC Madeira*, mostra uma representação neutra.
72. Analisando de forma desagregada as formações, o *Governo Regional da Madeira* é a formação mais presente no noticiário, mostrando uma representação tendencialmente negativa. Já o partido de oposição, o *PS Madeira*, é a formação político-partidária com maior número de presenças, seguida pelo *PSD Madeira*, ambas afetadas negativamente pelas variáveis do modelo ponderado.
73. As formações políticas-partidárias, o *CDS-PP Madeira*, o *JPP Madeira*, o *PTP Madeira* e a coligação *Mudança* apresentam um tratamento informativo favorável. As restantes formações políticas partidárias com assento parlamentar – o *PCP Madeira*, o *BE Madeira*, o *MPT Madeira*, a *CDU Madeira* e o deputado independente Gil Canha – revelam uma representação neutra.
74. As *outras formações* são representadas principalmente pelas *autarquias regionais*, os *organismos públicos/do Estado* e os *organismos empresariais/económicos nacionais*, mostrando diferenças quando aplicado o modelo ponderado, embora globalmente este

- grupo de formações tenha uma variação positiva. Quanto às variáveis de contextualização:
75. Na maioria dos casos (83,7 %), as formações partidárias e extrapartidárias são mediatizadas na qualidade de *protagonistas*, isto é, como de «quem se fala» e «quem fala».
 76. Mais de metade das formações identificadas tem voz na da notícia (69,5 %). A maioria é representada por uma única voz, sendo residuais os casos em que se recorrem a duas, três ou mais vozes da mesma formação.
 77. Os temas dominantes da política nacional no “Telejornal Madeira” mantêm-se coerentes com o perfil editorial do serviço de programas RTP Madeira. Tal justifica a cobertura concentrada nas *atividades/propostas das representações regionais dos partidos políticos, das atividades do governo e órgãos regionais da RAM, atividades das autarquias, atividades da assembleia regional da RAM e políticas para a educação*. As restantes peças dispersam-se por outros subtemas, todos com menos de 10 peças cada. Em suma, mais de metade dos temas da *política nacional* têm âmbito regional e cobrem as várias áreas da atividade do Governo Regional do arquipélago.
 78. No “Telejornal Madeira”, a quase totalidade das peças identifica pelo menos uma *fonte de informação*. No caso das peças construídas com fontes da área da política nacional verifica-se que o fazem sobretudo com base numa única fonte, enquanto as que consultam fontes de informação de outras áreas dão predominio a várias origens.
 79. A quase totalidade das peças analisadas na amostra em 2018 assenta em fontes de informação (96,3 %), sendo mais de metade dessas fontes de uma única área, em particular da política nacional.
 80. A maioria das peças com fontes da *política nacional* dão voz aos partidos políticos parlamentares da oposição, ao Governo Regional da Madeira e ao próprio Governo da RAM, representando, no seu conjunto, 44,8% das fontes consultadas na amostra de 2018. No conjunto de edições analisadas houve apenas uma peça com origem da informação nos partidos extraparlamentares (da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira), em particular o Nós, Cidadãos!.
 81. As fontes extra política nacional são sobretudo da *economia, finanças e negócios; educação; das relações laborais; da sociedade; saúde e ação social e cultura*.
 82. Identifica-se a presença de um *protagonista* na quase totalidade das peças. Na generalidade destas o destaque é dado a personalidades da política nacional.

83. Entre estes protagonistas destacam-se os membros do Governo da Região Autónoma da Madeira (secretários regionais e Presidente do Governo Regional), seguindo-se os deputados e líderes parlamentares regionais, os presidentes das autarquias regionais e os secretários-gerais e presidentes das representações regionais dos partidos.
84. As restantes categorias de atores, sejam políticos nacionais ou de outras áreas, têm uma representatividade diminuta e dispersa.
85. As formações políticas são sobretudo representadas através de membros do Governo da RAM, em particular secretários regionais, seguido por peças em que este executivo regional surge de forma abstrata, sem representante personalizado e, em terceiro lugar, através do Presidente do Governo da Região Autónoma da Madeira, Miguel Albuquerque.
86. Os partidos da RAM com assento parlamentar são sobretudo representados pelos seus deputados e líderes parlamentares.
87. Seguem-se as representações regionais dos partidos e os partidos nacionais, em número residual, através dos deputados e líderes parlamentares regionais, cabeças de lista/candidato regional e sem referência a representantes.
88. Também o Governo da República é apresentado de forma abstrata na maioria das peças e, por ordem decrescente, através dos secretários de Estado, do Primeiro-ministro e dos ministros.
89. Os partidos com menos deputados no Parlamento e os partidos extraparlamentares surgem num número residual de peças, como deputados e líderes parlamentares regionais e dirigentes regionais.
90. A vida política da Região Autónoma dos Açores, presente em três peças, é representada tanto em abstrato, como pelo seu presidente e por membros do Governo da região.
91. Nos dias analisados em 2018, a RTP Madeira regista-se a presença de dois comentadores nas peças selecionadas para o acompanhamento da observância do pluralismo político.

INFORMAÇÃO NÃO-DIÁRIA

92. A segunda parte do relatório consiste na verificação da observância do princípio do pluralismo político na programação informativa não-diária de 2018 – programas de debate, entrevista e comentário político – nos serviços de programas televisivos de acesso não condicionado livre do serviço público de televisão – RTP1 e RTP2 – e dos

dois operadores privados – SIC, TVI e CMTV –, assim como na RTP3 e nos serviços de programas das regiões autónomas – RTP Açores e RTP Madeira.

93. Esta análise é desenvolvida desde 2012, ano em que o Conselho Regulador da ERC definiu as atuais linhas orientadoras do acompanhamento anual do pluralismo político. A Deliberação 2/PLU-TV/2012, de 18 de abril, veio acrescentar os dois operadores licenciados para o exercício de atividade televisiva ao perfil dos relatórios, que até então se circunscreviam ao operador público de televisão, ao mesmo tempo que alargou o âmbito da análise a todos os intervenientes nos programas informativos considerados. Ou seja, nas edições em que os convidados políticos e partidários confrontam opiniões com protagonistas externos a este campo, são tidos em conta todos os intervenientes dessa edição, por se considerar que é relevante identificar os diferentes atores e forças sociais que interagem, por decisão editorial, com os representantes da esfera político-partidária. Em 2018, o Conselho Regulador da ERC considerou pertinente estender a análise ao serviço de programas CMTV, uma vez que este se encontra registado nesta entidade como canal generalista, ficando desta forma a par com os dois operadores licenciados já analisados.
94. Esta opção permite traçar, de um modo mais consistente, os moldes em se processa a representação e a equidade de acesso das diferentes correntes políticas, ideológicas, de opinião, interesses e pensamento ao espaço público mediático.

SÍNTESE CONCLUSIVA – RTP1

“PRÓS E CONTRAS”

95. Nas 14 edições do programa “Prós e Contras” de 2018 contempladas na presente análise devido à presença de atores político-partidários, foram contabilizados 289 convidados, 75 dos quais com ligação a partidos e estruturas governamentais nacionais.
96. A formação política mais representada é o PS, com 25 presenças, a que se podem somar 9 presenças de membros do Governo. Da oposição parlamentar, contam-se 19 presenças por parte do PSD, cinco do CDS-PP e três do PAN. Contam-se ainda cinco presenças do BE, duas do PCP e uma da CDU, partidos que apoiam a solução de Governo.
97. Não estão representados partidos extraparlamentares.

“GRANDE ENTREVISTA”

98. O programa “Grande Entrevista” teve 51 edições, 16 das quais de entrevista a atores ligados à esfera político-partidária nacional.
99. As forças mais representadas são o PS e o Governo, ambos com 4 presenças, seguidos com pelo PCP com três presenças. Regista-se também a presença de quatro outras forças políticas, Aliança, CDS-PP, PSD e Aliança, cada uma com um representante.

“A ENTREVISTA”

100. O programa “A Entrevista” teve 6 edições, das quais cinco a atores ligados à esfera político-partidária nacional.
101. Nestas cinco entrevistas participam um representante do BE, CDS-PP, PCP, PS e PSD.

“DECISÃO NACIONAL”

102. O programa “Decisão Nacional” teve 27 edições com a presença de 14 atores ligados à esfera político-partidária nacional. O programa, originalmente da RTP Internacional, em que dois convidados discutem assuntos de carácter social, económico ou político, conta com sete presenças de representantes do PS, quatro de representantes do PSD e três associadas ao Governo.

“PARLAMENTO”

103. Em 2018 foram exibidas na RTP1 18 edições do programa de debate “Parlamento”, com a participação de 110 atores políticos, deputados na Assembleia da República.
104. O PS e o PSD marcam presença em estúdio em todas as edições. Também estão presentes em todas as edições o PCP (13 presenças no debate e 5 depoimentos), o BE (12 no painel de debate e 6 com depoimento pré-gravado), o CDS-PP (11 no painel de debate e 7 com depoimento pré-gravado) e o PEV o PCP (2 presenças no debate e 16 depoimentos).
105. O PAN participa em duas edições (declarações pré-gravadas).

“RUI RIO/SANTANA LOPES – O DEBATE”

106. A RTP1 emitiu em 2018, em simultâneo com a RTP3, um programa de debate entre os dois candidatos à liderança do PSD, Rui Rio e Pedro Santana Lopes.

SÍNTESE CONCLUSIVA – RTP2

107. Em 2018, verifica-se a ausência das grelhas da RTP2 de programas autónomos de debate, comentário ou entrevista com a participação de atores político-partidários.

SÍNTESE CONCLUSIVA – SIC

108. Em 2018, verifica-se a ausência das grelhas da SIC de programas autónomos de debate, comentário ou entrevista com a participação de atores político-partidários.

SÍNTESE CONCLUSIVA – TVI

109. Em 2018, verifica-se a ausência das grelhas da TVI de programas autónomos de debate, comentário ou entrevista com a participação de atores político-partidários.

SÍNTESE CONCLUSIVA – CMTV

110. Em 2018, o serviço de programas generalista CMTV passa a integrar a análise da observância do princípio do pluralismo político.

“ESPECIAL CMTV”

111. O “Especial CMTV”, programa de debate de temas de atualidade com ênfase para os casos judiciais, teve 106 edições, 44 das quais com a presença de 50 atores político-partidários.
112. Da análise resulta a verificação de 18 presenças de representantes do PSD, 15 presenças de representantes do PS e uma presença do Presidente, à data, do partido Iniciativa Liberal. Acrescem a estas presenças a de um ex-membro do XVIII Governo Constitucional (em 13 edições) e três presenças de André Ventura como Independente, após a sua saída do PSD e já com o anúncio do surgimento do partido Chega.

SÍNTESE CONCLUSIVA – RTP3

“EURODEPUTADOS

113. O programa “Eurodeputados” teve 44 edições.
114. Estiveram presentes no programa atores em representação das seguintes forças político-partidárias: PSD (44), PS (43), PCP (43), BE (36), CDS-PP (31) e MPT (17).

“PARLAMENTO”

115. Em 2018 foram exibidas na RTP3 39 edições do programa de debate “Parlamento”, com a participação dos partidos políticos com assento parlamentar à data da emissão – BE, CDSPP, PCP, PEV, PS, PSD e PAN, com exceção de uma edição em que este partido esteve ausente.
116. O PS e o PSD marcam presença em estúdio nas 26 edições. O BE, o CDS-PP e o PCP têm igualmente intervenção em todas as edições do programa, mas repartindo a sua participação entre as presenças em estúdio (18, 17 e 17, respetivamente) e as declarações pré-gravadas (oito, nove e oito, respetivamente); o PEV participa em 22 edições na modalidade de declarações pré-gravadas e duas vezes no espaço de debate. O PAN participa em três edições com declarações pré-gravadas. PAN, PCP e PEV tiveram ainda uma participação que se traduziu na emissão das suas declarações no hemiciclo, por impossibilidade dos próprios em participar em qualquer das modalidades habituais.

“GRANDE ENTREVISTA”

117. O programa “Grande Entrevista” teve, em 2018, um total de 45 edições originais.
118. Destas, um subconjunto de 15 foram entrevistas a atores da esfera política, a saber: quatro representantes do PS; três representantes do Governo e o mesmo número de representantes do PCP; um representante do Aliança, do CDS-PP, do PAN e do PSD; e um presidente de uma autarquia eleito por uma lista de cidadãos independentes.

“A ENTREVISTA”

119. O programa “A Entrevista” teve, em 2018, um total de 7 edições originais.
120. Em cinco delas são entrevistados figuras do campo político, uma do BE, uma do CDS-PP, uma do PCP, uma do PS e uma do PSD.

“O OUTRO LADO”

121. Em 2018, foram emitidas 47 edições do programa de debate “O Outro Lado”. Os atores políticos que figuram no painel deste programa são apresentados como comentadores RTP e não como representantes dos partidos, no entanto, é possível

- verificar que a composição do painel procura responder à demanda do pluralismo de ideias e quadrantes políticos presentes na sociedade portuguesa.
122. O PS esteve representado em 46 edições; o Livre em 44 edições; o PSD regista 41 presenças; e o CDS-PP sete presenças.

“TUDO É ECONOMIA”

123. O programa “Tudo é Economia” teve, em 2018, um total de 45 edições. Destas, quatro tiveram a presença de representantes políticos. Dois ex-membros do Governo PS (2009/2011); um representante do atual Governo e um ator político do PS.

“RUI RIO/SANTANA LOPES – O DEBATE”

124. A RTP3 emitiu em 2018, em simultâneo com a RTP1, um programa de debate entre os dois candidatos à liderança do PSD, Rui Rio e Pedro Santana Lopes.

SÍNTESE CONCLUSIVA – RTP AÇORES

“PARLAMENTO” (Açores)

125. Em 2018, o programa apresentou 117 representantes político-partidários num total de 19 edições de debate.
126. PS/A e PSD/A intervêm em todas as edições no debate em estúdio. O CDS-PP/A teve nove presenças no debate em estúdio e 10 intervenções pré-gravadas. O BE/A intervêm com cinco presenças em estúdio e 14 declarações pré-gravadas. PCP/A e PPM/A participam cada um em quatro debates de estúdio e 15 depoimentos pré-gravados. Conta-se ainda uma presença de um membro do Governo Regional no programa e uma presença de um representante do PSD/M.

“PROVA DAS NOVE”

127. Das 32 edições do programa “Prova das Nove” no serviço de programas regional RTP Açores, três contaram com a participação de atores político-partidários.
128. Houve duas presenças associadas ao PSD/A e uma com representação do CDS-PP/A.

“SEM MEIAS PALAVRAS”

129. Em 2018 a RTP Açores exibiu 15 edições do programa de debate “Sem Meias Palavras”, observando-se a presença de atores político-partidários em treze destas edições.
130. O Governo Regional dos Açores marca presença em sete edições, PS/A e PSD/A estão representados em quadro edições cada.

“ESPECIAL INFORMAÇÃO”

131. Foram analisadas sete edições especiais informativas, três das quais de cobertura de congressos partidários (PS/A, PSD/A e BE/A)
132. Das restantes quatro edições, três são debates que contam com a presença de três representantes do PSD/A e dois representantes do Governo Regional dos Açores
133. A RTP Açores emitiu ainda uma entrevista com o presidente do PSDA.

SÍNTESE CONCLUSIVA – RTPMADEIRA

“EM ENTREVISTA”

134. Nas 30 edições do programa “Em Entrevista” da RTP Madeira, marcaram presença 11 personalidades da vida política e partidária regional e nacional.
135. Verificam-se, em 2018, quatro presenças do Governo Regional da Madeira, duas do PSD/M e do PS/M, uma presença do BE/M, uma presença do CDS-PP/M e uma do JPP/M.

“CONVERSAS 600 ANOS”

136. Em 2018, a RTP Madeira assinalou a comemoração dos 600 anos da Madeira e do Porto Santo com uma série de entrevistas e debates. Das 15 edições do programa, quatro contam com a presença de personalidades da vida política e partidária regional. Uma presença de um representante do Governo Regional, uma do ex-Presidente do Governo Regional, uma de uma personalidade do PSD nacional e uma de um representante do PS/M.

“INTERESSE PÚBLICO”

137. No programa “Interesse Público”, da RTP Madeira, identifica-se a presença de 30 atores da esfera político-partidária em oito edições, de um total de 20 emitidas em 2018.

138. Foram registadas cinco presenças do PSD/M, quatro presenças da coligação Confiança, uma presença do CDS-PP/M, uma do Governo Regional da Madeira e uma da coligação Mais Porto Santo.

139.

“NEM MAIS NEM MENOS”

140. Das 18 edições de “Nem Mais Nem Menos” emitidas em 2018, três integram atores políticos, designadamente dois representantes do CDS-PP/M; um membro do Governo Regional e um membro do Movimento Ribeira Brava Primeiro.

“ORDEM DO DIA”

141. No programa de debate “Ordem do Dia”, com deputados do círculo da Madeira na Assembleia da República, identifica-se a presença de 70 atores nas 35 edições emitidas em 2018.

142. Observam-se 33 presenças do PSD, 24 presenças do PS e 13 presenças do BE.

“PARLAMENTO” (Madeira)

143. Nas 38 edições do programa emitidas em 2018 estiveram presentes 152 atores políticos

144. Somando as intervenções, em 2018, o PSD/M esteve representado em 37 edições; CDS-PP/M esteve presente em 30; JPP/M marcou presença em 20 edições; PS/M em 19 e BE/M e PCP/M em 14. O PTP/M esteve representado em nove edições, bem como a representação de Independentes eleitos.

“ALDEIA GLOBAL”

145. Das 17 edições de “Aldeia Global” emitidas em 2018, uma contou com a presença de quatro atores de âmbito político-partidário, a saber: dois do PSD/M, um do PS e um do PSD.

“ESPECIAL INFORMAÇÃO”

146. Foram analisadas 19 edições especiais informativas, duas das quais de cobertura do Congresso Regional do CDS-PP Madeira e duas do Congresso Regional do PS Madeira.

147. Em 13 das restantes 15 edições, participaram 17 atores político-partidários, dos quais cinco do PS/M, três do CDS-PP/M, duas do BE/M e do Governo Regional da

Madeira. Registaram-se ainda uma presença do PSD, uma do PSD/M, uma da Coligação Confiança e uma do Governo Regional dos Açores.